

Aspectos metodológicos da obra de Max Weber: por que recorrer ao tipo-ideal?

Mateus Matos Tormin

Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP).

Contato

<mateusmmt@gmail.com>

Palavras-chave

Tipo-ideal; Max Weber; Kulturwissenschaft; metodologia

Keywords

ideal-type; Max Weber; Kulturwissenschaft; methodology.

1 Ciências da cultura (Kulturwissenschaften) é um termo comumente empregado por Weber e por seus contemporâneos para marcar uma distinção entre algumas ciências em relação às chamadas ciências da natureza (Naturwissenschaften). Para Weber, o traço distintivo das primeiras em relação às últimas é a especificidade de sua análise – que tem como ponto de partida a significação cultural de certos fenômenos. Weber, como veremos mais adiante, defendia – diferentemente de alguns de seus contemporâneos – o caráter científico das Kulturwissenschaften. (SWEDBERG, 2005, p. 55-57 e 173-74 e WEBER, 1949, p. 67, 76-77 e 81; WEBER, 2012b, p. 10; PARSONS, 1966, p. 582-83).

Resumo: Busca-se relacionar o conceito weberiano de tipo-ideal a determinados problemas a que ele visava responder. Argumenta-se que, de um lado, o tipo-ideal visou a resolver o problema da imprecisão conceitual que marcava boa parte das então chamadas Kulturwissenschaften, bem como dar uma resposta a certo pressuposto metodológico weberiano. Em segundo lugar, argumenta-se que o tipo surge como uma maneira de se contornar certo “ônus epistêmico” com o qual todo discurso que tenha pretensão científica tem de arcar.

Abstract: *This text is an attempt to relate the weberian ideal-type to some problems that it aimed to solve. Two hypotheses are put forward. First, that the ideal-type aimed to solve the lack of conceptual precision that characterized the then so-called Kulturwissenschaften, and also to give an answer to one of Weber’s methodological assumptions. Second, that the ideal-type emerged as a tool to bypass an epistemic onus that every discourse that claims to be scientific must face.*

Introdução – Por que recorrer ao tipo-ideal?

Os filósofos são responsáveis pela elaboração de conceitos que visam a resolver problemas concretos (DELEUZE, 1995, Entrada H). Tendo isso em mente, podemos dizer que a tarefa do historiador da filosofia seria investigar tais elaborações conceituais, visando a deixar claro qual problema determinado conceito visou a resolver. Poderíamos tomar como exemplo o conceito de “Ideia” de Platão. Certamente, tal conceito não teria sido criado por acaso, mas sim para responder a um problema específico. Então, a pergunta que surge é: por que criar um conceito? Por que dizer isso e não outra coisa? Para respondê-la, é preciso redescobrir os problemas a que tal conceito visa dar cabo. Em outras palavras, precisamos analisar o contexto em que o termo foi empregado. Neste texto, tentarei fazer tal abordagem com intuito de elucidar a seguinte questão: por que recorrer ao tipo-ideal?

Primeiramente, destaco que, apesar de Weber não se identificar como filósofo, é bem plausível afirmar que sua obra tem uma dimensão filosófica. Vejamos, por exemplo, o seguinte trecho do livro *Max Weber*, de A. Kronman:

“[A obra de Weber] novamente convida a uma investigação filosófica que transcende os limites do que ele próprio de fato escreveu. Pode ter sido isso que levou Karl Jaspers, muitos anos atrás, a descrever Max Weber como o verdadeiro filósofo do nosso tempo – uma alegação digna de nota (...)” (2009, p. 8).

De todo modo, ainda que não tomemos Weber como sendo propriamente um filósofo, penso que o uso dessa abordagem que visa associar a “criação” conceitual ao seu contexto se justifica por um simples motivo: ela traz maior clareza. Ao relacionar o conceito weberiano de tipo-ideal a determinados problemas que ele visava responder, espero que os contornos do tipo, sua função e o modo como foi concebido fiquem mais claros – na medida em que adquiram uma dimensão concreta.

Afinal, por que criar tal conceito de tipo-ideal? Quais problemas isso visava resolver? Nas seções seguintes, desenvolverei duas hipóteses para responder a essas perguntas. Penso que uma primeira hipótese plausível para o caso em questão é que o tipo-ideal visou resolver o problema da imprecisão conceitual que marcava boa parte das chamadas

“ciências da cultura”¹, bem como dar uma resposta a certo pressuposto metodológico weberiano.

Uma segunda hipótese que penso ser plausível é o uso do tipo enquanto um modo de se encontrar um “porto-seguro” para as ciências da cultura – já que a “pretensão epistêmica” do tipo é baixa (i. e., trata-se apenas de ferramenta que permite uma abordagem simplificada – redutora de complexidade – do curso empírico, que não pretende ser válida no sentido de descrever a realidade). Ao se apresentar como uma simples ferramenta heurística que pretende auxiliar na interpretação causal de fenômenos, consegue-se evitar o ônus de uma sociologia/história que buscasse uma relação mais forte com a “verdade”. Até mesmo a afirmação de que o tipo é uma acentuação unilateral de certos caracteres de dado fenômeno vai nesse sentido. É praticamente impossível contestar um argumento baseado no tipo-ideal, pois o autor pode simplesmente esquivar-se dizendo: “inúmeros outros tipos-ideais, que acentuariam outros aspectos do fenômeno, poderiam ter sido construídos, levando a outros nexos de sentido; essa é apenas uma possibilidade de se abordar esse fenômeno”.

Essas duas hipóteses, no limite, são inter-relacionadas e foram separadas aqui com o fim de proporcionar maior clareza expositiva. Nas duas seções seguintes, pretendo desenvolvê-las.

Hipótese O1 – A redução de complexidade e a clareza metodológica e conceitual:

Uma primeira hipótese que penso ser plausível é de que Weber tenha cunhado o conceito de tipo-ideal com intuito de responder a dois problemas que estão relacionados: (i) a necessidade de se dar uma resposta metodológica a um pressuposto epistemológico segundo o qual é impossível reproduzir a realidade em conceitos, bem como é impossível haver identidade entre conceito e realidade; e (ii) a necessidade de se ter clareza quanto ao método empregado nas chamadas ciências da cultura – clareza esta que levaria à necessidade de rigor e precisão conceituais.

Weber parte do pressuposto epistemológico de que a realidade existe e que é vasta e complexa, a ponto de não poder ser reproduzida em conceitos. Esse pressuposto fica claro, por exemplo, na seguinte

te observação de W. Schluchter:

"Para Weber, todo conhecimento científico é conhecimento parcial, sujeito ao defeito da unilateralidade e da irrealidade. (...) O que está envolvido aqui é a consciência dos limites da possibilidade teórica de se racionalizar a realidade. Esses limites têm enorme significação prática. Eles pertencem aos 'fatos desconfortáveis e às realidades da vida', os quais uma época marcada pelo otimismo fervoroso 'não quis reconhecer em toda sua crueza'" (1989, p. 15) (tradução nossa).

Diante desse pressuposto, como seria possível, então, investigar a realidade? O tipo-ideal vem para responder, em parte, esse desafio. Ele não é um fim em si mesmo, mas meio empregado pelo pesquisador para o conhecimento (meio para se ordenar a realidade). Isso quer dizer que o esforço conceitual-constutivo só se justifica enquanto for útil na investigação de determinados fenômenos culturais em sua interdependência, significado e condições causais. Por meio dele, transformamos (não reproduzimos, pois isso, para Weber, seria impossível) a realidade empírica em conceitos (SCHLUCHTER, 1989, p. 15). Daí a ênfase no caráter utópico (no sentido de irreal) do tipo: trata-se de constructo mental, que assume caráter de uma utopia (e, portanto, de algo inexistente na realidade), originado da acentuação de determinadas características da realidade em detrimento de outras (WEBER, 1949, p. 94; 2012a, p. 12).

Esse caráter utópico é importante, pois, segundo Weber, frequentemente se confundia história e teoria - o que ocorria sobretudo devido ao fato de estarmos acostumados a entender por "ideais" um conjunto de ideias ou pensamentos que dominaram boa parte da população de determinado contexto histórico e que, portanto, eram elementos importantes dessa cultura. Para complicar ainda mais, existem relações entre a representação ideal-típica de dada época e o "ideal" no sentido acima mencionado. De fato, muitas vezes, um tipo-ideal abstraído de certas características de determinados fenômenos sociais de dada época esteve presente nas mentes de muitas das pessoas que viveram nesse contexto - seja como um ideal a ser atingido na vida prática, seja como uma máxima que influencia relações sociais (WEBER, 1949, p. 95).

Ainda há outro aspecto na relação dos tipos-ideias com o que chamamos acima de "ideais". É que, segundo Weber, eles podem ser formulados de maneira precisa apenas por meio do tipo-ideal. Isso ocorre porque, empiricamente, eles existem na mente de diversas pessoas, de maneira difusa e nem sempre homogênea, podendo, muitas vezes, serem até mesmo contraditórios. Assim, por exemplo, quando fazemos referência, de modo ideal-típico, ao "cristianismo medieval", estamos aplicando constructos analíticos criados pelo próprio pesquisador - o que fica ainda mais evidente quando os "ideais" que estamos representando de maneira ideal-típica não foram formulados conscientemente pelos indivíduos que os experimentaram ou, quando foram, não o foram explicitamente trabalhados de maneira clara, precisa e coerente (WEBER, 1949, p. 97). De qualquer forma, o que é importante frisar, em toda essa digressão, é que tais "ideais" e os tipos-ideais são,

a princípio, coisas diferentes - apesar de, em alguns casos, confundirem-se (WEBER, 1949, p. 96-97).

Feita essa digressão, retomo o argumento no ponto no qual parei: a ênfase no caráter utópico do tipo e seu papel como meio empregado pelo pesquisador para se ordenar a realidade. Nas palavras de A. Kronman:

"(...) 'tipos ideais' [são] descrições exageradas ou unilaterais que enfatizam aspectos particulares de uma realidade que é, logicamente, muito mais vasta e complexa, mas cuja própria irrealidade nos ajuda a desvendar os diferentes elementos que as práticas e instituições existentes invariavelmente encerram" (2009, p. 11).

Nesse sentido, penso ser plausível dizer que o tipo-ideal funciona como redutor de complexidade, conforme sugerido na seguinte passagem:

"Aqui também, para primeiro realçar as diferenças características, deve-se falar numa linguagem conceitual de 'tipos ideais', a qual em certo sentido faz violência à realidade histórica - mas sem isso seria impossível uma formulação clara, tantas seriam as ressalvas" (WEBER, 2004, p. 219, nota 69).

Para exemplificar essa função do tipo, poderíamos nos utilizar dos tipos-ideais referentes ao pensamento jurídico. Como exemplo, tomemos o tipo-ideal de pensamento jurídico "racional-material". Onde quer que relações jurídicas do tipo racional-material estejam presentes em algum grau, podemos fazer uso do tipo-ideal mencionado para tornar claras e compreensíveis as características desse tipo de relação. Daí as utilidades heurísticas e expositivas do tipo-ideal. Heurística no sentido de que o tipo serve como um guia para a elaboração de hipóteses; expositiva no sentido de servir como meio não-ambíguo de se expressar. Para Weber, a tarefa da pesquisa histórica seria comparar o tipo-ideal com casos historicamente específicos e, assim, determinar em que medida a realidade se distancia ou se aproxima dessa construção. O tipo permite que essa comparação seja feita da maneira mais inteligível e não-ambígua possível, possibilitando a compreensão e a explicação causais de fenômenos históricos (1949, p. 43 e p. 97; 1958, p. 324; 1976, p. 77 e p. 372).

Antes de adentrar nosso segundo problema (relativo à necessidade de clareza quanto ao método empregado e de rigor conceitual), gostaria de mostrar como ele se relaciona com o problema supraexposto. É que, para muitos, o fato de se encarar a realidade como um fluxo complexo que não pode ser reproduzido conceitualmente poderia levar à desnecessidade de se preocupar com clareza e rigor conceituais. Em outras palavras: já que a realidade não pode ser reproduzida conceitualmente, não haveria problemas em se utilizar conceitos de maneira vaga, nem valeria a pena se preocupar com uma elaboração conceitual mais refinada. Weber, contudo, rechaça essa ideia:

"O erro mais grave ainda cometido por grande parte dos historiadores é presumir que a complexidade e o fluxo dos fenômenos his-

tóricos tornam desnecessário o uso de conceitos precisos e bem delimitados. (...) Essa variedade desordenada de fatos não atesta a necessidade de fazermos uso de termos imprecisos; ao contrário: precisamos criar conceitos precisos e usá-los apropriadamente, conceitos estes que prefiro chamar 'tipos ideais' (1976, p. 371-72, tradução nossa).

Cabe aqui fazer uma ressalva sobre a imprescindibilidade do tipo-ideal quando se trata de se fazer exposições não ambíguas relativas às ciências da cultura. Essa imprescindibilidade deriva de certos pressupostos metodológicos adotados por Weber. Para ele, a realidade nos é compreensível por uma cadeia de modificações intelectuais, sendo que as ciências da cultura dizem respeito à significação prática. Somente o tipo-ideal é ferramenta capaz de oferecer a clareza e não-ambiguidade necessárias à exposição de significações práticas.

Como consequência, aquele que nega importância metodológica ao tipo-ideal, ou fará uso impreciso e ambíguo das expressões, ou terá de se limitar aos aspectos formais de fenômenos culturais (e.g., aspecto histórico-jurídico) (WEBER, 1949, p. 94 e 105). Assim, dado que uma das principais (senão a principal) preocupação de Weber era a clareza e precisão conceituais, podemos dizer que a própria designação "tipo-ideal" foi empregada por Weber com objetivo de delimitar mais clara e precisamente um procedimento de análise que já era utilizado, mas que era genericamente designado de "'ideas' of historical phenomena" ('ideias' de fenômenos históricos) (1949, p. 89).

Nesse sentido, é ilustrativa a passagem introdutória aos *Conceitos Sociológicos Fundamentais*:

"O método destas definições conceituais introdutórias, dificilmente dispensáveis mas que inevitavelmente parecem abstratas e estranhas à realidade, não pretende de modo algum ser algo novo. Ao contrário, apenas deseja formular de maneira mais adequada e um pouco mais correta (...) aquilo que toda Sociologia empírica de fato quer dizer quando fala das mesmas coisas" (WEBER, 2012a, p. 3).

De acordo com Weber, muitas das expressões utilizadas pelos historiadores eram constructos ambíguos, cujo significado podia ser sentido mas não era nítido e cuidadosamente pensado. É claro que não é em todos os casos que tal rigor precisa ser empregado; mas, quanto mais for necessária a clara apreciação do significado de determinado fenômeno cultural, maior é a necessidade de se fazer uso do tipo-ideal enquanto ferramenta que proporciona clareza e rigor conceituais (WEBER, 1949, p. 93).

Portanto, penso que um outro problema que Weber visava enfrentar quando cunhou o conceito de tipo-ideal era a necessidade de se ter clareza quanto ao método empregado nas chamadas ciências da cultura – clareza esta associada à necessidade de rigor e precisão conceituais.

Hipótese O2 – Contornando o ônus epistêmico: o tipo-ideal e a concepção possível de uma ciência da cultura.

Nesta seção, tentarei argumentar que um dos problemas que Weber visou a enfrentar ao cunhar o conceito de tipo-ideal foi o de contornar o ônus epistêmico que todo discurso com pretensões científicas tem de enfrentar. Em outras palavras: todo discurso que se pretende científico deve obedecer a um conjunto de regras metodológicas (trata-se do que chamei aqui de "ônus epistêmico"). A observância dessas regras (método) é o que confere valor de verdade (e de "objetividade") às afirmações feitas pelo pesquisador. Dessa forma, se Weber pretende que suas afirmações tenham valor científico, ele precisa enfrentar a questão: segundo quais critérios é possível dizer que há uma objetividade nas afirmações das ciências da cultura?

Parto do pressuposto de que é possível argumentar que há uma relação fundamental entre o conceito de tipo-ideal weberiano e a sua concepção das ciências sociais:

"Weber imprimiu de tal modo sua marca ao conceito de tipo ideal que, estritamente falando, o conceito só tem sentido pleno no campo dos pressupostos que subjazem a sua própria concepção das ciências sociais" (tradução nossa) (COHN, 2000, p. 260).

Basear-me-ei, em minha exposição, principalmente no ensaio weberiano sobre a 'objetividade' do conhecimento nas ciências sociais. Weber dedica parte considerável desse ensaio à descrição do tipo-ideal e de sua utilidade na pesquisa, ressaltando a relação entre esse tipo de construção conceitual e a questão relativa ao papel da teoria nas ciências sociais. Ele aponta o tipo-ideal como um tipo de construção conceitual que é peculiar e, em certa medida, indispensável às ciências da cultura. Para Weber, o tipo-ideal é uma ferramenta metodológica necessária para todo aquele que quer ir além do simples estabelecimento de relações concretas e determinar o significado cultural de determinado evento (1949, p. 89 e p. 92).

Uma primeira observação relevante para nossos propósitos é que o tipo, no sentido weberiano, não assume nenhuma conexão com juízos de valor, sendo "ideal" apenas no sentido lógico. O cientista tem um dever de autocontrole, que requer que se faça uma clara separação entre o uso do tipo-ideal enquanto ferramenta de análise e os juízos de valor tomados com base em ideais. Essa separação marca, para Weber, a distinção entre ciência e profissão de fé. Em alguns casos, a confusão entre o uso do tipo-ideal enquanto ferramenta analítica e a interpretação valorativa de conceitos ocorre inconscientemente. Assim, muitas vezes, o tipo-ideal tenta assumir uma forma ideal não apenas no sentido lógico, mas também no sentido de ser um tipo exemplar – no sentido de conter aquilo que, do ponto de vista do cientista, é essencial por representar um valor permanente (i.e., aquilo que, para o cientista, deve ser, por exemplo, o "capitalismo"). Quando, no processo de elaboração do tipo, o pesquisador acaba por inserir ideais em seu conteúdo, ele acaba por fazer um julgamento, uma avaliação baseada em juízos de valor – sendo que sua tarefa, na verdade,

é fazer uma análise expositiva livre desses juízos (WEBER, 1949, p. 57 e p. 60; 2012b, p. 144-46, p. 310-22 e p. 315-16).

Weber admite que, quando se escolhe o objeto, tratamos a realidade fazendo referência a valores – trata-se da relação com valores (*Wertbeziehung*) (1949, p. 58 e p. 61). Está no centro de toda a reflexão epistemológica e filosófica weberiana a questão sobre como atingir julgamentos de fato que sejam universalmente válidos. A pergunta com a qual ele se debate é, segundo Aron (2000): como é possível formular julgamentos de fato a propósito de obras que se definem como criações de valores? A resposta, para Aron, reside, em parte, na distinção entre julgamento de valor e relação com valores (*Werturteil* e *Wertbeziehung*). Relação com valores, nas palavras de Weber, denota simplesmente um procedimento objetivo por meio do qual se relaciona a matéria estudada a um valor (2012b, p. 317). Assim, por exemplo, a liberdade pode ser um ponto de referência para o sociólogo que quer estudar dada sociedade política em que ela tinha importante papel – e, apesar disso, tal sociólogo não estará necessariamente vinculado à liberdade enquanto valor pelo qual se deve ter apreço (ARON, 2000, p. 453-54; WEBER, 2012b, p. 167):

“Um ‘juízo de valor’ significa que eu ‘tomo parte’ de um modo particular em relação a um objeto em sua distinta expressão concreta. (...) E quando eu então passo do estágio de uma avaliação real dos objetos para o estágio de uma consideração teórica e interpretativa das possíveis relações de valores – em outras palavras: quando construo “indivíduos históricos” a partir desses objetos –, isso significa que eu deixo explícito, para mim e para os outros, por meio da interpretação, a concreta, a individual e, em última análise, a singular forma na qual (...) ‘ideias’ foram ‘encarnadas’ ou são ‘realizadas’ na estrutura política relevante (por exemplo, o Estado de Frederico, o Grande), na pessoa relevante (por exemplo, Goethe ou Bismarck), ou no produto literário relevante (O Capital de Marx, por exemplo)” (WEBER, 2012b, p. 161) (tradução nossa).

Portanto, os valores do pesquisador certamente influenciam a escolha do tema investigado e a perspectiva segundo a qual ele será trabalhado – e, nesse sentido, moldam sua investigação. Esse traço é importante quando consideramos, por exemplo, a crítica weberiana a uma análise positivista (no sentido de isenta de compromissos de valor) das ciências sociais (1949, p. 92-93; 2012b, p. 152, nota 2).

Todavia, não é disso que se trata no caso em questão, mas sim de juízos de valores que foram integrados pelo pesquisador – de maneira muitas vezes inconsciente – aos conceitos ideais-típicos que pretende utilizar em sua análise. Nesse sentido, frisamos mais uma vez que o tipo-ideal é “ideal” apenas no sentido puramente lógico, e não num sentido de dever-ser (WEBER, 1949, p. 97-99). Isso quer dizer que, para Weber, a postura do pesquisador é marcada por uma espécie de imparcialidade ou desengajamento, por uma ausência de compromisso em relação aos valores adotados por aqueles cuja ação é seu objeto de estudo. Assim, apesar de os compromissos de valores do pesquisador influencia-

rem seu estudo nos limites supramencionados, seu trabalho deve ser marcado por uma despreocupação com fins práticos (KRONMAN, 2009, p. 22-24).

Um leitor de Weber poderia concluir, apressadamente, que a objetividade de que ele está falando se resumiria a essa distinção entre juízos de fato e juízos de valor, e entre juízos de valor e relação com valores. Sem dúvida, essas distinções são bastante importantes e o tipo-ideal enquanto ferramenta metodológica que permite rigorosa elaboração conceitual é essencial em sua garantia (SCHLUCHTER, 1989, p. 14). Porém, penso que o argumento weberiano é mais sutil. Apesar de a aplicação do método independer de valores, isso por si só não garante a objetividade, o que se depreende do seguinte trecho:

“Quando distinguimos, em princípio, ‘juízos de valor’ e ‘conhecimento empírico’, pressupomos a existência de um tipo de conhecimento incondicionalmente válido nas ciências sociais (...). Essa pressuposição se torna agora nosso problema, no sentido de que precisamos discutir o significado da verdade objetivamente ‘válida’ nas ciências sociais” (WEBER, 1949, p. 63) (tradução nossa).

Na verdade, tentarei argumentar que a objetividade, para Weber, depende não só dessas separações, mas também do compartilhamento inter-subjetivo do método e, nesse sentido, trata-se de uma objetividade condicionada. Raymond Aron (2000, p. 450-51) parece endossar tal argumento. Comentando Weber, ele afirma que duas são as características que dão significado à verdade científica: o não acabamento essencial das ciências (WEBER, 2012b, p. 341) e a objetividade, sendo esta última caracterizada pela rejeição aos juízos de valor e pelo compartilhamento intersubjetivo da ciência enquanto valor (WEBER, 2012b, p. 351).

Weber tinha um problema muito claro diante de si: uma resposta objetivamente “válida” (i.e., científica) tem de poder sê-lo “até mesmo para um chinês”. Do mesmo modo, a análise metodológica bem-sucedida também deve ser válida para ele em seu conteúdo, seus axiomas últimos e suas consequências. Para tanto, é irrelevante o fato de o chinês compartilhar ou não de nosso imperativo ético e dos juízos de valor que derivamos dele – trata-se de atitude que não afeta o valor científico da análise (WEBER, 1949, p. 58-59). Mas como, então, garanti-lo? Em última instância, o que vai assegurar o valor científico da análise é o compartilhamento inter-subjetivo do método, da “busca racional e sistemática do conhecimento que só a ciência permite” (COHN, 2006, p. 12).

Para chegar a essa conclusão, temos que, primeiramente, levar em conta que, nas ciências da cultura, o objetivo último do pesquisador é o conhecimento da significação cultural de complexos históricos e concretos. Em segundo lugar, temos que ter em mente que um dos meios para se atingir tal fim é o trabalho de construção e crítica conceitual (aqui, estamos falando do tipo-ideal) (WEBER, 1949, p. 111). Em terceiro, que Weber afirma que a ‘objetividade’ se baseia no valor que conferimos à verdade científica:

“A validade objetiva de todo conhecimento

empírico se baseia exclusivamente no ordenar a realidade de acordo com categorias que são subjetivas em um sentido específico: elas mostram as pressuposições de nosso conhecimento e estão baseadas na pressuposição do valor das verdades que apenas o conhecimento empírico é capaz de nos fornecer. Os meios disponíveis à nossa ciência não oferecem nada às pessoas que não conferem valor a essa verdade” (WEBER, 1949, p. 110) (tradução nossa).

Em quarto e último lugar, temos que considerar que, se é o método que nos permite atingir as “verdades (às quais atribuímos valor) que apenas o conhecimento empírico é capaz de nos fornecer” (WEBER, 1949, p. 110), podemos dizer que a objetividade almejada depende, em última instância, da crença e do compartilhamento do método adotado. Em outras palavras: uma resposta objetivamente válida (i.e., científica) só o será também para nosso “chinês” caso ele compartilhe do valor que atribuímos à verdade e, conseqüentemente, da crença no método utilizado.

Tendo isso em mente, volto à questão: afinal, por que recorrer ao conceito de tipo-ideal? Se o critério de objetividade é, em última instância, condicionado no sentido acima mencionado, recorrer ao tipo-ideal enquanto uma das principais ferramentas metodológicas das ciências da cultura permite a Weber estabelecer um “porto-seguro” para o pesquisador que quer se aventurar fazendo investigações de fenômenos históricos. Isso porque, ao mesmo tempo que o tipo-ideal permite que as afirmações do pesquisador sejam “objetivas”, a “pretensão epistêmica” do tipo é baixa. Com isso, quero dizer que o tipo permite o contorno da questão do “ônus epistêmico” de maneira mais sutil que, por exemplo, os métodos das ciências da natureza (baseados em leis gerais que ganham *status* de verdade com base em critérios como falseabilidade e inferência forte (*strong inference*)). Afinal, o tipo é apenas uma ferramenta que permite uma abordagem simplificada – redutora de complexidade – do curso empírico, que não pretende ser válida no sentido de descrever a realidade. Ao se apresentar como uma simples ferramenta heurística que pretende auxiliar na interpretação causal de fenômenos, consegue-se evitar os ônus de uma sociologia/história que buscasse uma relação menos sutil (no sentido acima exposto) com a “verdade”.

Até mesmo a afirmação de que o tipo é uma acentuação unilateral de certos caracteres de um dado fenômeno vai nesse sentido. É praticamente impossível, em um certo nível, contestar definitivamente um argumento baseado no tipo-ideal, pois o autor pode simplesmente esquivar-se dizendo: “inúmeros outros tipos-ideais, que acentuariam outros aspectos do fenômeno, poderiam ter sido construídos, levando a outros nexos de sentido; essa é apenas uma possibilidade de se abordar esse fenômeno”, etc. Mais precisamente, em um primeiro nível (que se refere à ação real), uma análise baseada em tipos-ideais pode ser refutada; basta pensar na análise empreendida por Weber (2004) na *Ética Protestante*. Caso se encontrassem fontes históricas que contradissem a interpretação que ele dá à conduta de vida dos indivíduos que analisa, seu trabalho poderia ficar seriamente comprometido. É

apenas em um segundo nível que ele não pode ser refutado: no nível da escolha dos aspectos acentuados – da relação com valores.

Assim, por exemplo, uma investigação que acentue unilateralmente o aspecto jurídico de determinado fenômeno não poderá ser objetada por não ter levado em conta outros aspectos (como o econômico, religioso, cultural ou político). Quando nos referimos apenas ao tipo-ideal (e não estamos preocupados com a ação real), “mesmo se as normas em questão se mostrarem relativamente insignificantes do ponto de vista do agente (...), o comportamento do agente consistirá em um fenômeno jurídico se o sociólogo que estiver conduzindo a investigação *decidir tratá-lo como tal*” (grifo no original) (KRONMAN, 2009, p. 51; no mesmo sentido, ARON, 2000, p. 456).

Podemos ainda apontar a ênfase no caráter racional do processo de construção conceitual como algo que vem a reforçar essa objetividade. A metodologia weberiana sofreu forte influência neo-kanista, especialmente na figura de Heinrich Rickert². Como traço importante dessa influência, além da distinção entre ciências da natureza e ciências da cultura ou do espírito, está a distinção entre conceito e realidade. Esta é tomada como irracional e incompreensível, ao passo que o conceito é tido como construção abstrata – construção essa que não é derivada de mera vontade ou intuição, mas, sim, de um processo cognitivo marcado por seu caráter racional. Como já destacado aqui, a função da construção conceitual não é reproduzir, nem representar (*abbilden*) a realidade, mas ordená-la, transformando-a (*umbilden*) em conceitos elaborados racionalmente. A objetividade do processo de construção conceitual racional, no qual se relacionam objetos históricos a valores, adviria da distinção entre os valores do pesquisador e os valores dos indivíduos históricos investigados, entre os valores subjetivos e os valores culturais generalizáveis de uma época, entre juízo de valor (*Werturteil*) e relação com valores (*Wertbeziehung*) – já mencionada (KIM, 2012; ARON, 2000, p. 515, nota 13). A resposta à pergunta da objetividade não se esgota, porém, nessa distinção. Aron afirma que, para Weber, os resultados científicos, que são obtidos a partir de uma escolha subjetiva, deveriam ser buscados por procedimentos sujeitos à verificação. Nesse sentido, entendemos o esforço de Weber de tentar mostrar que o processo no qual se baseia é racional e sujeito à confirmação (ARON, 2000, p. 457 e p. 463).

Cabe, aqui, uma pequena digressão para destacar certa “dimensão heróica” que a conduta do pesquisador em busca da objetividade assume em Weber. R. Aron, por exemplo, questiona a possibilidade de se separarem radicalmente juízos de valor de relações com valores – chegando a afirmar ser duvidoso que Weber tenha se absterido de julgamentos de valor. Como garantir tal distanciamento? A meu ver, trata-se de “dimensão heróica” que se exige do pesquisador em sua conduta – trata-se do dever elementar do controle científico de si mesmo, conforme apontado por Weber (2012b, p. 346–47; ARON, 2000, p. 508). Nas palavras de Sung Ho Kim, que também questiona a possibilidade dessa distinção:

“A objetividade nas ciências históricas e so-

² Essa influência é corroborada explicitamente por Weber. Vide, por exemplo, WEBER, 2012b, p. 317 e p. 161. A influência da obra de Rickert em Weber é ainda endossada pela maioria dos comentaristas (SWEDBERG, 2005, p. 29 e p. 174; PARSONS, 1966, p. 580; SCHLUCHTER, 1989, p. 12, p. 14 e p. 19; BURGER, 1976, p. 3–21). Todavia, isso não está longe de controvérsias. Gabriel Cohn, por exemplo, sustenta que a obra de Rickert não teria tido um peso significativo na elaboração das ideias fundamentais de Weber (2003, p. XI e p. 149–52). Swedberg (p. 175) e Bruun (2001) também relativizam essa influência.

ciais não é, então, um objetivo que pode ser alcançado com o auxílio de um método correto, mas, sim, um ideal que devemos nos esforçar para alcançar, sem a promessa de que ele será totalmente atingido. Nesse sentido, pode-se dizer que a chamada *Wertfreiheit* é, para Weber, menos um princípio metodológico que uma virtude ética que a personalidade adequada para a prática da ciência moderna precisa possuir” (2012) (tradução nossa).

Feita essa pequena digressão, vale perguntar: por que, para Weber, era importante encontrar esse “porto-seguro” para as ciências da cultura? Penso ser possível argumentar que duas são as razões principais. Em primeiro lugar, isso é importante, para Weber, na medida em que era preciso encontrar um lugar, para além das ciências da natureza, de onde se pudesse fazer ciência (SCHLUCHTER, 1989, p. 14 e p. 17). Isto porque, sobretudo quando comparada às ciências naturais, a objetividade das conclusões do cientista social estava posta em dúvida. Ninguém escreve um ensaio sobre a objetividade em determinado ramo científico se essa objetividade não está em questão. Nesse sentido, vale também lembrar que, ao traçar uma diferenciação entre as ciências da cultura (*Kulturwissenschaften*), de um lado, e as ciências da natureza (*Naturwissenschaften*), de outro, Weber estava tomando parte em um debate do qual muitos teóricos de sua época participaram; e, diferentemente de outros pensadores (principalmente Dilthey), Weber argumentava pelo caráter científico das ciências da cultura (SWEDBERG, 2005, p. 251).

Em segundo lugar, e conectada à razão anterior, era importante encontrar esse “porto-seguro” num mundo em que o valor atribuído à verdade científica ganhava cada vez mais espaço. Nesse tipo de sociedade, ter suas afirmações como científicas é certamente um privilégio (poder). Um caso interessante que evidencia isso é a “superioridade” dos economistas em relação a outros cientistas sociais, para a qual o artigo *The Superiority of Economists* (2014) tenta dar uma explicação. Essa “superioridade” adviria do fato de a economia ter deixado para trás sua ênfase na história, num esforço de emular as ciências naturais, tal como a física (FOURCADE, Marion et al., p. 3-4). Obviamente, podem existir inúmeras razões para se explicar a ascensão dos economistas. Todavia, não surpreende que, numa sociedade que confere cada vez mais valor à verdade científica, os economistas tenham ganhado cada vez mais espaço nos veículos de informação, bem como consolidado sua posição de *policy-makers* e de conselheiros de governos. É nesse sentido que digo que ter o seu discurso como “científico” é privilégio (poder). Assim, não surpreende o fato de, em parte em resposta a isso, haver um flerte cada vez maior com uma tentativa de “emular as paradigmáticas ciências da natureza” por parte das ciências sociais.

No caso de Weber, isso era importante também na medida em que ele tinha um papel relevante, por exemplo, na publicação da revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (Weber escreveu o ensaio da “Objetividade” em 1904 ao assumir o cargo de editor nessa revista). Nesse sentido, era relevante para Weber não só ter uma concepção clara da tarefa científica em relação à tarefa de avaliação política – com intuito de não confundi-las –, mas

sobretudo assegurar o *status* científico das análises empreendidas. Afinal, trata-se de uma revista de *Sozialwissenschaft* (ciência social) que pretende, de certo modo, influenciar os rumos da política alemã da época. Para esse objetivo, não há nada mais conveniente do que um discurso que possa se dizer científico. Daí a necessidade de se encontrar um “porto-seguro”, que garantisse ‘objetividade’ às afirmações feitas. Daí a necessidade de se recorrer ao tipo-ideal.

Conclusão

O texto teve como objetivo levantar hipóteses do porquê Weber se utilizou do tipo-ideal. Em forma de pergunta, esse objetivo pode ser traduzido da seguinte maneira: “a que problemas o tipo-ideal visava a responder?”

Como resposta a essa questão, foram propostas duas hipóteses do porquê Weber recorreu ao tipo-ideal. Weber estaria diante de duas ordens de problemas. Em primeiro lugar, havia a necessidade de se dar resposta metodológica a um pressuposto epistemológico segundo o qual é impossível reproduzir a realidade em conceitos, bem como é impossível haver identidade entre conceito e realidade; além disso, havia a necessidade de se ter clareza quanto ao método empregado nas chamadas ciências da cultura (necessidade de rigor e precisão conceituais). Dado um hiato entre conceito e realidade, a pergunta que surge é “como investigá-la?” O tipo-ideal aparece aqui como meio para se ordenar a realidade, como constructo mental inexistente na realidade – originado da acentuação unilateral de determinadas características da realidade em detrimento de outras. Trata-se do tipo como redutor de complexidade. Dada a impossibilidade de se traduzir a realidade em conceitos, o outro problema a ser enfrentado era a possível desnecessidade de rigor conceitual. Nesse ponto, em resposta, o tipo emerge como instrumento não-ambíguo e claro, que traz consigo o rigor conceitual.

Em segundo lugar (segunda hipótese), o tipo surge como um modo de contornar um “ônus epistêmico” com o qual todo discurso que tenha pretensão científica tem de arcar. Trata-se do tipo-ideal como o “porto-seguro” a partir do qual seria possível fazer ciência da cultura (*Kulturwissenschaft*). Assim, destacamos três critérios que, para Weber, conformariam a “objetividade” das ciências da cultura. O primeiro deles é a separação entre juízos de fato e juízos de valor; daí o tipo-ideal ser “ideal” apenas num sentido lógico, e não de dever-ser. O segundo é a separação entre juízos de valor e relação com valores, sendo este o procedimento objetivo por meio do qual se relaciona a matéria estudada a um valor. O terceiro e último é o compartilhamento inter-subjetivo do método. O tipo entra aqui como uma ferramenta metodológica que tem pretensão epistêmica baixa (o que implica maior facilidade de compartilhamento), já que é ferramenta que propõe abordagem simplificada, não pretendendo ser válida no sentido de descrever a realidade. Aliado a isso, temos a ênfase no caráter racional do processo de construção conceitual (controlabilidade do processo cognitivo racional), que também contribui para que o tipo, enquanto ferramenta metodológica, possa ser

mais facilmente compartilhado inter-subjetivamente.

Ainda dialogando com essa segunda ordem de problemas, apontamos que encontrar esse porto-seguro era importante para Weber por dois motivos principais. O primeiro se relaciona à necessidade de afirmação da cientificidade das ciências da cultura, num contexto em que grande parte dos pensadores alemães conferia cientificidade apenas às ciências da natureza, reservando um outro domínio às ciências que denominavam do "espírito" (*Geist*). Weber defendia o caráter científico das ciências da cultura. Em segundo lugar, tentamos relacionar essa

busca à crescente importância atribuída à verdade científica, vista como uma espécie de poder, e, assim, constituindo-se como importante aliada para aqueles que, como Weber, visavam a fazer análises rigorosas e influenciar as decisões políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARON, Raymond. (2000), *Max Weber*, in *As etapas do pensamento sociológico*, 5ª ed., São Paulo, Martins Fontes.
- BRUUN, H. H.. (2001), *Weber On Rickert: From Value Relation to Ideal Type*, in *Max Weber Studies* 1.2., p. 138-60
- BURGER, Thomas. (1976), *Max Weber's Theory of concept formation – history, laws and ideal types*, North Carolina, Duke University Press.
- COHN, Gabriel. (2003) *Crítica e Resignação: Max Weber e a teoria social*, 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes.
- COHN, Gabriel. (2006), *O sentido da ciência*, in *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais*, 1ª ed., São Paulo, Editora Atica.
- COHN, Gabriel. (2000), *Perfiles em teoria social: Tocqueville y Weber, dos vocaciones*, Disponível on-line em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/filopol2/cohn.pdf> >. Acesso em: 07/01/2015.
- DELEUZE, Gilles. (1995), *O Abecedário de Gilles Deleuze*, entrada H de História da Filosofia.
- FOURCADE, Marion et. al.. *The Superiority of Economists*. Disponível on-line em: < http://www.maxpo.eu/pub/max-po_dp/maxpodp14-3.pdf >. Acesso em 27.03.2015.
- KIM, Sung Ho. (2012), *Max Weber*, in *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* Edition, Edward N. Zalta (ed.), disponível on-line em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2012/entries/weber/>>.
- KRONMAN, Anthony. (2009), *Max Weber*, trad. port. John Milton, Rio de Janeiro, Elsevier.
- PARSONS, Talcott. (1966), *The Structure of the Social Action*, New York, The Free Press, 1966, p. 579-639.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. (1989), *Max Weber's research program*, in *Rationalism, Religion and Domination*, 2ª ed., California, University of California Press, Ltd..
- SWEDBERG, Richard. (2005), *Max Weber Dictionary: key words and central concepts*, Standford Social Sciences.
- WEBER, Max. (2004), *A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo*, trad. port. José Marcos Mariani de Macedo, revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci, São Paulo, Cia. das Letras.
- WEBER, Max. (1976), *Agrarian Sociology of Ancient Civilisations*.
- WEBER, Max. (1958), *Religious Rejections of the World and Their Directions*, in *From Max Weber*, trad. por Hans Gerth and C. Wright Mills, New York, Oxford University Press.
- WEBER, Max. (1949), *The Methodology of the Social Sciences*, trad. por Edward A. Shils and Henry A. Finch, New York, Free Press.
- WEBER, Max. (2012a), *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, trad. por Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa com revisão técnica de Gabriel Cohn, vol. 1, 4ª ed. 3ª reimpressão, Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- WEBER, Max. (2012b), *Collected Methodological Writings*, trad. por Hans Bruun e Sam Whimster, New York, Routledge. Texto também consultado na versão alemã *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (1922), Tübingen.



Recebido em: 04 de abril de 2016.

Aprovado em: 11 de setembro de 2016.